

## **CAPITALISTAS EM CAMPINAS: 1873-1884**

GT 27- Sociologia Econômica

Fernanda Sabarim  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

### **RESUMO**

Este trabalho analisou a atuação dos capitalistas em Campinas, no período compreendido entre 1873 e 1884, auge da economia cafeeira no Oeste-Paulista. Foram personagens importantes para o entendimento da dinâmica e da diversificação da economia da cidade. A atividade de pesquisa iniciou-se com a análise dos livros de recebimento de impostos da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, do período estudado, por meio do qual obtivemos o rol de contribuintes definidos como capitalistas. Verificamos que o crédito, por eles disponibilizado, desempenhou papel significativo na ampliação do comércio e dos negócios, e o conhecimento de sua atuação contribuiu para a compreensão dos mecanismos de crédito que possibilitaram a expansão e consolidação do complexo econômico cafeeiro. Tais formas institucionalizadas de concessão de crédito ampliaram a movimentação de capitais na economia campineira e, assim, contribuíram para o alargamento do espaço financeiro ocupado por casas bancárias e empresas financeiras e creditícias. O sopro de modernidade propiciado pela expansão cafeeira, pelo capital mercantil e pela disponibilidade de crédito transformou um simples vilarejo do século XVIII em uma das maiores metrópoles brasileiras no atual século XXI.

**Palavras-chave:** Capitalistas - Crédito - Campinas

### **INTRODUÇÃO**

Campinas, a segunda maior cidade do estado de São Paulo e hoje em pleno processo de metropolização, tem, no sistema de crédito, uma importante ferramenta para a ampliação dos investimentos e para o crescimento do município. No século XIX, existia uma bifurcação do crédito, de um lado predominavam o capital usurário e a figura dos agiotas e do outro, o capital mercantil e os capitalistas. Estes últimos são necessários para a compreensão de como um simples vilarejo do início dos anos de 1800 se transformaria numa das mais ricas regiões em 1900.

A superioridade manifestada pela economia cafeeira no Primeiro Império e na Regência transformou-se numa força avassaladora no Segundo Império. Foi exatamente durante essa época, correspondente à segunda metade do século XIX, que o café encontrou, no Brasil, a zona ideal para o seu cultivo: o Oeste Paulista, na região que vai de Campinas a Ribeirão Preto. Ali, onde até meados do século XIX desenvolvera-se uma lavoura canavieira de importância, começaram a surgir, plantados na terra roxa, os grandes cafezais.

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala, tipo plantação, fundada na grande propriedade trabalhada por escravos negros, substituídos, mais tarde, por trabalhadores assalariados. Sobre a adoção do trabalho livre nas fazendas do Oeste Paulista, devemos lembrar que o pioneiro desta iniciativa foi o

Senador Nicolau de Campos Vergueiro, político e grande latifundiário, que trouxe, em 1847, colonos suíços e alemães para trabalhar em sua fazenda de Ibicaba, no município de Limeira. Apesar disso, a mão-de-obra assalariada só se tomaria importante no contexto da economia brasileira depois de 1870.

A marcha do café em direção ao Oeste Paulista explica-se pela própria dinâmica da economia mercantil, que se baseia na expansão territorial como forma de expandir a produção. Somente em meados do século XIX, a produção de café consegue superar a tradicional produção de açúcar na cidade.

O intervalo temporal escolhido para a pesquisa compreende o período entre 1873 e 1884, época do auge do primeiro surto cafeeiro em Campinas, a cidade neste momento é considerada “*o maior núcleo escravista da Província de São Paulo*”<sup>1</sup>.

Resta lembrar que, ao contrário das atividades econômicas que marcaram o período colonial, cujas fontes de financiamento do capital inicial foram externas), no caso do café aconteceu o inverso, e as lavouras foram financiadas fundamentalmente com recursos internos e, esses recursos contribuíram para a expansão do crédito através dos empréstimos realizados pelos capitalistas.

Ter e fornecer crédito eram funções essenciais numa São Paulo do final do século XIX, uma província em acelerado crescimento e que necessitava de capitais para manter os negócios, aquecer a economia e manter as vidas social e política em movimento. O crédito não é luxo, é fundamental e necessário para a expansão campineira, que transformará essa pequena vila do século XVIII em uma grande metrópole no atual século XXI.

Surgem os capitalistas, pessoas de vultosas posses e que disponibilizam capital para ser emprestado em troca de juros e retornos monetários. Os capitalistas estudados são aqueles que se reconhecem como tais, que dizem serem fornecedores de crédito e que pagam tributos sobre essa movimentação financeira. Era o grande fazendeiro, o político e o comerciante de renome, que devido ao crescimento econômico e urbanização propiciados pela expansão cafeeira, que modernizaria a cidade em poucas décadas, diversificam suas atividades e dinamizam um antigo negócio, agregando a este a função de ser uma pessoa emprestadora de capitais.

Contabilizaram-se os empréstimos de capitais com a criação do imposto sobre os capitalistas, que visava diferenciar o crédito fornecido sobre relações pessoais, de confiança no devedor, relações baseadas em laços familiares e de amizade, em contraposição ao crédito nos limites da institucionalização, concedido pelo capitalista e reconhecido pela tributação municipal.

Dinamizou-se e diversificou-se a economia sob a égide do capital cafeeiro. O crédito e os capitalistas que o concederam participaram das ações que possibilitaram as ampliações do comércio, dos negócios e dos serviços prestados há um século e meio.

## **1. CAPITALISTAS E O CRÉDITO**

A noção que envolve o termo “capitalista”, que hoje, vulgarmente indica uma categoria social e econômica definidora da pessoa que vive do rendimento de um capital, é literalmente explicitada nos finais do século XIX:

*“É capitalista (segundo a lei) e está sujeito ao imposto todo o indivíduo, pessoa moral ou sociedade que der dinheiro a prêmio a particulares ou em conta corrente em bancos ou instituições de crédito; os que fizerem transações e descontos de quaisquer espécies ou natureza, mediante caução ou hipotecas ou a desconto, sobre garantias de apólices ou títulos de personalidades jurídicas públicas, sociedades e outras corporações, sobre ações de companhias,*

<sup>1</sup> SALLES, M. F. C. Campinas em 1972. In: LISBOA, J. M. “Almanack de Campinas para 1873”. Typographia da

*letras hipotecárias, debêntures e semelhantes; ou segurando as operações com espécies metálicas, ouro, prata, e pedras preciosas, ou com efeitos comerciais de qualquer natureza.”*<sup>2</sup>

Reconheciam-se e eram reconhecidos como instituições creditícias, não eram apenas homens e mulheres comuns, que desempenhavam suas atividades de fazendeiro, cafeicultor, comerciante, político, proprietário, senhor de escravo ou esposa de homem de posses; eram também a instituição emprestadora de crédito de Campinas no século XIX.

*“A chegada da ferrovia representou verdadeira revolução na economia do oeste. No processo de produção, ela permitiu o aumento das margens de lucro por reduzir o custo do frete e eliminar perdas”.*<sup>3</sup>

Liberou parcela do capital antes imobilizado em muares, e permitiu aproveitar diretamente na lavoura os escravos que antes dedicavam-se à tropas, com isso concorrendo poderosamente para a continuidade do processo de acumulação, numa situação de escassez dessa mão-de-obra.

No nível da circulação, não foram menos importantes as mudanças. Potencializando o intercâmbio de mercadorias, ela permitiu a diferenciação interna da economia cafeeira e a especialização produtiva, como agricultura de alimentos e a indústria; isso acelerou o fim dos grandes latifúndios tradicionais e o surgimento de verdadeiras empresas agrícolas do café.

Se a economia cafeeira se desenvolve aceleradamente, favorecida pela fertilidade da terra roxa, por uma infra-estrutura de equipamentos e benfeitorias, bem como pelo suprimento de mão-de-obra escrava e, posteriormente, colona estrangeira, além de outros fatores não menos importantes, como o capital acumulado pela economia açucareira, o treino dos fazendeiros com a comercialização e transporte do produto e a ampliação da rede de transportes pela ampliação da via férrea implantada e construção de novas estradas de ferro interligando grandes distâncias entre as cidades interioranas paulistas e o litoral do estado, onde ocorria o afluxo cafeeiro à exportação.

As ferrovias e a disseminação de máquinas de beneficiamento, reduzindo custos, aumentando a produtividade e poupando mão-de-obra, estimularam poderosamente a acumulação cafeeira. O estímulo à acumulação recolocou o problema da falta de braços à medida que se ampliava o plantil. A solução desse problema, com o afluxo de massa emigratória europeia de famílias pobre, que enxergavam oportunidade de melhoria social no continente americano.

Pelo lado das relações de trabalho, outro sistema, o colonato, generalizou-se nas fazendas, evoluindo a partir de experiências de parceria.

*“Para os fazendeiros, as vantagens consistiam na redução da imobilizações financeiras e do montante de juros exigidos pela compra dos escravos, justamente quando começavam a apresentar-se outras alternativas de investimento (ferrovias, empresas de serviços públicos, indústrias)”*<sup>4</sup>.

O crescimento da produção cafeeira e do plantio, no período, foi notável. No primeiro grande surto expansivo entre 1876 e 1883, planou-se 150 milhões de novos és; dobrando-se a capacidade produtiva existente, segundo Ulysses Cidade Semeghini.

Campinas torna-se a capital agrícola da província, crescimento proporcionado pelo horizonte de expansão para o café, que foi colocado pela disponibilidade de terras e pela recuperação dos preços externos. O marco inicial dessa diversificação é a incorporação da Companhia Paulista, em 1867 e, da Companhia Mogyana um pouco mais tarde.

Assim, verifica-se que o capital cafeeiro tinha diversos aspectos; ele apresentava ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital comercial e do

<sup>2</sup> Amaral, Leopoldo. “A cidade de Campinas em 1900”, Campinas, Livro Azul, 1899, p. 324

<sup>3</sup> SEMEGHINI, Ulysses Cidade. “Do café à indústria: uma cidade e seu tempo”. Campinas, Unicamp, 1992, p. 37-38.

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 38.

capital bancário. Esses diferentes aspectos correspondiam a diferentes funções do capital e, tendiam, com o desenvolvimento do capitalismo, a constituírem funções relativamente autônomas, preenchidas por capitais diferentes e frações de classes diferentes: a burguesia agrária, a burguesia industrial e a burguesia comercial.

*“Os grandes capitais - isto é, a camada superior da burguesia cafeeira - definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais- isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira- definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível de produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra.”<sup>5</sup>*

Os capitalistas estudados eram o grande fazendeiro, o político, o médico, o advogado e, o comerciante de renome, que devido ao crescimento econômico e urbanização propiciados pela expansão cafeeira, diversificam suas atividades e dinamizam um antigo negócio, agregando à este a função de ser uma pessoa emprestadora de capitais.

Os proprietários rurais latifundiários continuavam com o controle da cidade, sabendo absorver o impacto da mudança que a onda de republicanismo que começa a se difundir por Campinas, e se reciclam para projetar a continuidade e compartilhar o poder com a nova elite social burguesa e republicana que se forma.

Os fazendeiros compunham um maciço grupo gerador de crédito, os grandes retornos financeiros proporcionados pelas lavouras canavieira e cafeeira no município, possibilitaram a diversificação no ramo de atividades dessas pessoas, que se tornam importantes bases criadoras de meios de pagamentos, que podem ter se relacionado com a ampliação dos negócios, do consumo e do investimento na cidade. Muitos fazendeiros além de serem produtores agrícolas e proprietários de terras, escravos, animais e benfeitorias, desempenhavam a função de capitalistas.

Novas garantias para a concessão de crédito começam a ser adotadas; além das tradicionais hipotecas imobiliárias registradas legalmente, os credores passam a assinar letras de câmbio pagáveis, o que amplia a possibilidade de ter crédito de forma institucional a partir do capitalista, que não confia apenas em relações pessoais de laços familiares, de amizade ou compadrio e exige garantias legais de futuro pagamento.

Ao desenvolvimento agrícola, de grande acumulação proporcionada pelo café, acresce-se o desempenho do setor terciário (comércio, transportes e serviços) que irá aos poucos se diversificando e adquirindo um papel redistribuidor de rendas importante. A concentração de renda a que a cidade assiste, o refinamento e ostentação com que se apresenta a sua alta sociedade, o poder aquisitivo crescente de segmentos intermediários e até mesmo o consumo de certos artigos, que anteriormente eram restritos a certo grupo de luxo, por camadas mais amplas e populares, justificam o fluxo de mercadorias nacionais e importadas que abastecem a cidade.

Os serviços oferecidos por uma variedade de profissionais, através de consultórios, clínicas, escritórios, oficinas, ateliês, cobrem desde necessidades triviais de forte presença agrícola, como armazéns de secos e molhados onde era possível comprar gêneros alimentícios diversos e essenciais, como arroz, batatas e carne seca; até aqueles mais sofisticados, próprios de um mercado consumidor urbano exigente e de alto poder aquisitivo, como, por exemplo, ourives e negociantes de diamantes brutos e lapidados.

Construção civil, saúde, vestuário, cultura estética e moda são atendidos por uma gama de profissionais brasileiros e estrangeiros, que vão de agrimensores a professores de música, de afinadores de piano a médicos, de dentistas a alfaiates, de chapeleiros a sapateiros, de relojoeiros a padeiros, de açougueiros a leiteiros.

---

<sup>5</sup> SILVA, Sérgio. *“Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil”*. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

Enfim, a pequena cidade agrícola de séculos pretéritos, expande-se e se transforma em entreposto comercial e maior cidade agrícola da província, com uma incontável gama de serviços oferecidos à população que cresce demograficamente e enriquece.

## **2. CAMPINAS, DE VILA À METRÓPOLE**

A primeira onda de modernidade que a cidade de Campinas recebe na segunda metade do século XIX marca e é marcada pela transição de uma ordem social senhorial escravista herdada do passado colonial, consolidada pela elite imperial, que caminhava para uma redefinição, trazendo novos valores e comportamentos à realidade da cidade.

*“Com um atraso secular, que se tornou crônico na lentidão com que se reproduzia até pelo menos chegar o século XX nesta parte do Terceiro Mundo, o Brasil vive no período estudado o seu primeiro grande momento de modernidade”*<sup>6</sup>.

Novas idéias são propostas e novos ideais são perseguidos e aceitos. Grandes mudanças qualitativas e quantitativas propagam-se em Campinas, transformando um pequeno vilarejo em uma das maiores cidades produtoras de açúcar e de café da província de São Paulo.

As mudanças qualitativas são o rompimento entre o passado e o presente, a diferenciação do velho e atrasado em prol de um novo e moderno. Os valores arcaicos, os antigos costumes e ideais vindos da Colônia, o Império escravista e a cidade vista apenas como mais uma vila agrária são constantemente abandonados em favor do modernismo. Este se faz visível nos núcleos de economia mais significantes do Brasil, principalmente, aqueles que mantêm constante contato com as informações advindas do além-mar.

Ser moderno significa ser *“republicano e abolicionista, imigrantista e amante do progresso, higiênico e sintonizado com o que ia pela Europa e Estados Unidos”*<sup>7</sup>, estes são os centros mundiais de industrialização e que representam o ideal a ser perseguido e seguido pelos países e regiões economicamente atrasados.

Mudanças quantitativas são as modificações realizadas, mas que não alteram as bases social, política e econômica da cidade. São as alterações que conservam o passado, vinculadas e subordinadas aos interesses do capital mercantil e do complexo cafeeiro, é a modernidade possível nessas condições objetivas definidas pela reprodução das estruturas agrário-mercantil-exportadora. Almejava-se a permanência do grande propriedade e da agricultura especializada no país.

É essa modernidade que Campinas importa, copia, utiliza, assimila e chega a produzir, num momento de fortes contrastes e contradições entre o conservadorismo agrícola e as referências do sistema capitalista que estava realizando e consolidando a segunda revolução industrial. São produtos europeus, formas de comportamento, linguagem, hábitos, rotinas, visão de universo, padrões, educação, costumes e disciplina que a elite aristocrática e as alta e média burguesias copiam, assimilam e conferem à própria cidade.

*“As inovações tecnológicas e científicas que chegaram à cidade são demonstradas, posteriormente, incorporadas ao seu dia-a-dia, tendo um papel decisivo, a partir de 1870, na conscientização e viabilização desse processo”*<sup>8</sup>. É na área em que se define a expansão cafeeira, modelando propriedades, relações sociais de produção, vontades e comportamentos, que a modernidade se abaterá sobre o espaço urbano, exigindo para sua admissão os controles social e político desse espaço.

<sup>6</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. “A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900”. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 17.

<sup>7</sup> Idem, ibidem, p. 19.

<sup>8</sup> Idem, ibidem, p. 19.

De acordo com os dados de Afonso Taunay, em sua "*Pequena História do Café no Brasil*", enquanto no decênio de 1841-1850 a produção brasileira foi de 17 121 sacas (de 60 quilos cada), no decênio seguinte ela saltou para 26 253 sacas. A contribuição de São Paulo para esses índices já era, nessa época, de cerca de 15% do total. O porto de Santos, cuja primeira remessa de café para o exterior data de 1792, passaria a ser o primeiro centro portuário de exportação do produto durante a década de 1860.

Segundo Roberto Simonsen, as primeiras fazendas de café, tanto no Vale do Paraíba, como no interior de São Paulo, não possuíam mais do que 50 mil pés de café plantados. Aos poucos, principalmente nesta última área, surgiram fazendas que ultrapassavam a casa dos 400 ou 500 mil cafeeiros, para, mais tarde, chegarem a sobrepujar a casa dos 1100 mil pés.

O latifúndio de café seguia muito de perto o velho modelo do engenho açucareiro nordestino; tendia à auto-suficiência, com produção de bens de consumo local, baseados na agricultura de subsistência; possuía sua "casa grande", sua "senzala" que posteriormente foi substituída por "colônias" para os trabalhadores livres; suas oficinas de pequenos serviços; suas criações de animais de corte, entre outros.

O desenvolvimento das vias férreas, a partir da década de 1850 (como a São Paulo Railway, futura Santos- Jundiaí) não só diminuiu esse isolamento, como proporcionou ainda maior impulso ao café paulista, facilitando o escoamento do produto.

Nos últimos anos do século XIX, São Paulo já contribuía com quase a metade da produção global do país e as fazendas paulistas se constituíam em verdadeiras empresas no sentido moderno da palavra, com a utilização de máquinas agrícolas (arados, ventiladores, despoldadores e separadores de grãos) e com a sensível elevação do grau de divisão do trabalho, surgindo várias tarefas especializadas e aumentando a produtividade.

As duas importantes áreas de produção de café, a área que englobava a Zona Fluminense e o Vale do Paraíba de um lado, e o Oeste Paulista, de outro, apresentavam com características demasiadamente diversas.

Havia escravismo intransigente nas primeiras e tendência a substituir o trabalho escravo pelo assalariado na segunda; aplicação de métodos rudimentares e essencialmente manuais na primeira e introdução de mecanização na segunda; baixo índice de especialização na primeira e aprofundamento da divisão do trabalho na segunda; os cafeicultores fluminenses e vale-paraibanos constituindo-se em verdadeiros latifundiários tradicionais, patriarcais, semelhantes à aristocracia açucareira nordestina da época colonial, e os do oeste paulista já apresentando um tipo social mais próximo de uma burguesia agrária, empresários no sentido capitalista do termo.

Até meados do século XIX, a economia de Campinas pautava-se na produção açucareira, imensos territórios eram ocupados por engenhos escravistas. A abundância de terras e a facilidade na obtenção de mão-de-obra africana permitiam que tal atividade se mantivesse e se propagasse sem limite para o seu término.

Mas a partir de 1850, com a proibição do tráfico interoceânico de africanos, a oferta de negros em Campinas tem uma forte redução, o que encarece a utilização desse tipo de mão-de-obra.

Nas plantações de café, o cativo começa a ser substituído pela família colona de origem européia, imigrantes que vêem no Brasil uma oportunidade de fugir da fome e da miséria encontrados em seus países de origem, nações que estão em rápido processo de industrialização e que por esse motivo expulsam mão-de-obra dos campos, deixando a população que não consegue inserir-se na atividade fabril à margem da sociedade européia.

A partir da década de 1870 "*consolida-se e expande-se a posição de Campinas como centro produtor cafeeiro e de alimentos e matérias-primas para o mercado interno e externo, a*

*que se acrescentam funções complexas de entreposto comercial e produção de artesanato, manufaturas e produtos industrializados, bem como de serviços, o que altera a vida da cidade”<sup>9</sup>.*

A nova realidade campineira, uma economia orbitando em torno do café, introduz na cidade maior quantidade de capitais e a acumulação destes torna-se evidente no topo da hierarquia social predominante na cidade, cujo topo é a aristocracia agrária e a nascente burguesia urbana.

No ano de 1868, a cidade de Campinas possuía, segundo o arrolamento feito para a cobrança de imposto sobre portas e janelas, 1.373 habitações, número que em 1870, devia superar 1.400. A população de Campinas, em 1870, estava avaliada em 33.000 habitantes, localizando-se cerca de 10.000 pessoas na cidade, e o restante nas fazendas.

Desse total, cerca de 13.000 indivíduos eram livres e 20.000 eram escravos. Neste mesmo ano, Campinas já era o terceiro município com maior arrecadação de tributos da província de São Paulo, com um orçamento de 29:725\$281, sendo superada apenas pelos orçamentos de Santos, que era de 33:804\$000 e da própria capital, com 31:840\$000.

A produção agrícola de Campinas, nesse período, estava em ascendência: em 1869 a colheita foi de cerca de um milhão de arrobas de café, cifra que atingiu 1.300.000 arrobas exportadas em 1870.

Além disso, o açúcar, cultura abafada pelo café, ainda renderia anualmente 100.000\$000 ao município; já o algodão, pouco explorado, renderia cerca de 40.000\$000. Desse modo, em 1870, o valor de toda a produção local, líquido, estaria em 6:600:000\$000.

Esse cenário coloca a questão das formas de disponibilidade dos recursos destinados à produção, circulação e consumo. Era o crédito para comprar estoques e montar um negócio, quitar a hipoteca e comprar uma casa, para construir outra e obter renda, ou usufruir os serviços de médicos, advogados, comerciantes, marceneiros, vestir-se e até morrer.

*“A rede de crédito funcionava baseada em relações pessoais. No caso da urbanização de São Paulo, o crédito que ia para além da sobrevivência cotidiana, para além dos mantimentos e médicos, era um instrumento fundamental na busca da estabilização e do enriquecimento”<sup>10</sup>.*

Paulatinamente, cresce a importância do crédito concedido pelos comissários e pelas casas de comissão, retratos de uma economia movida pela produção cafeeira e dinamizada pelo capital mercantil a esta vinculado. As relações pessoais de empréstimos, baseadas na confiança de que o devedor quitará a dívida e em sentimentos subjetivos, como amizade e estima por aquele que “implora” crédito, continuam a existir até os dias atuais, mas começam a ser substituídas, no momento de expansão do capital mercantil ligado ao café, por modos objetivos de concessão de capital, por notas promissórias e cartas de crédito assinadas frente ao comissário. Esta personagem é um elo existente entre as formas pessoais de empréstimos assinaladas acima e as formas objetivas exercidas pelos capitalistas, nos limites da institucionalização, no final do século XIX.

Acompanhando a expansão cafeeira, Campinas soube aproveitar o sopro de progresso propiciado pela acumulação de capital nas mãos daqueles que organizavam as atividades no complexo econômico cafeeiro. Estes são os responsáveis pelo recrudescimento urbano do município, que se torna possível pela concentração de recursos monetários, que possibilitou os aumentos da produção e dos capitais por esta gerados.

<sup>9</sup> Idem, ibidem, p. 282.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de. “Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, 1850-1900”. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, p. 195.

### 3. CAPITALISTAS ATUANTES EM CAMPINAS

De acordo com os registros do recebimento do imposto sobre capitalistas, descrito pelo coletor da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas José Rodrigues Ferrás do Amaral, foram recebidos 27:078\$000 réis por este órgão em tributação sobre o movimento de crédito pelos capitalistas no período entre 1873 e 1884. O imposto cobrado correspondia à cerca de 0,2% do montante do empréstimo concedido. Desse modo, infere-se que o total de crédito proporcionado pelos capitalistas foi de, aproximadamente, 13.544:000\$000 réis no período (ou seja, mais de 13 mil contos de réis). Segundo dados da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas para os anos entre 1873 e 1884, 53 capitalistas coletaram impostos sobre o movimento de crédito que eles realizaram no período; um número ponderável e que sugere que não se trata de uma atividade pessoal e limitada a alguns indivíduos.

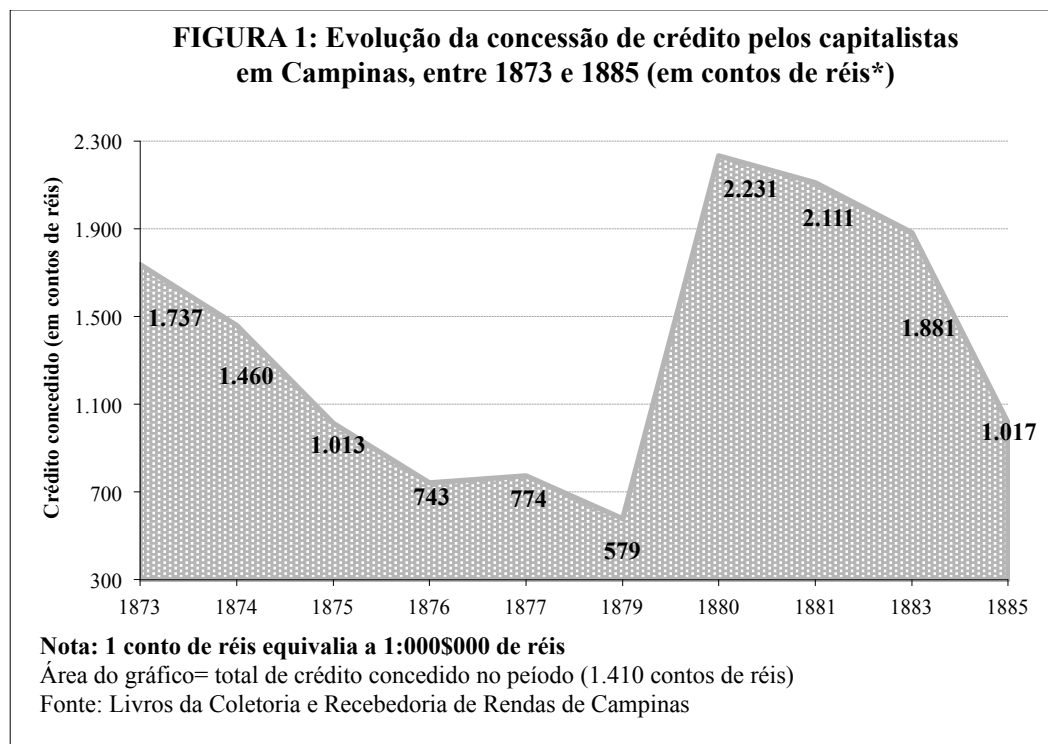
Na *tabela 1*, estão arrolados todos os capitalistas que coletaram imposto sobre empréstimos realizados entre 1873 e 1884, pela Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas. Esses dados mostram que o montante de recursos por eles disponibilizado correspondia a uma importante fonte de crédito numa Campinas em plenos processos de modernização e de expansão econômica, propiciados pela acumulação de capitais provenientes do café.

TABELA 1: Movimento de crédito pelos capitalistas de Campinas, entre 1873-1884			
Ranking	Capitalista	Imposto pago (réis)	Crédito concedido (réis) *
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	2: 820 \$000	1. 410: 000 \$000
2	Umbelina de Moraes Bueno (Dona)	2: 340 \$000	1. 170: 000 \$000
3	José Egydio de Souza Aranha	1: 720 \$000	860: 000 \$000
4	Carlos Norberto de Souza Aranha (Doutor)	1: 632 \$000	816: 000 \$000
5	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	1: 440 \$000	720: 000 \$000
6	Custódio Manoel Alves	1: 417 \$200	708: 600 \$000
7	Diogo de Moraes Salles	1: 360 \$000	680: 000 \$000
8	Manoel Carlos Aranha	1: 240 \$800	620: 400 \$000
9	Victorino Pinto Nunes	1: 220 \$000	610: 000 \$000
10	Maria Eugler Barbosa	1: 020 \$000	510: 000 \$000
11	Isidoro Marques Ferrás do Amaral (Major)	1: 0000 \$00	500: 000 \$000
12	Pedro Egydio de Souza Aranha	840 \$000	420: 000 \$000
<b>13</b>	<b>Agência do Banco Mercantil de Santos</b>	<b>766 \$000</b>	<b>383: 000 \$000</b>
14	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	672 \$000	336: 000 \$000
15	Antônio Carlos de Salles	625 \$000	312: 500 \$000
16	Francisco Paulino de Moraes	600 \$000	300: 000 \$000
17	Joaquim Quirino dos Santos (Coronel)	570 \$000	285: 000 \$000
18	Francisco de Camargo Penteado	486 \$000	243: 000 \$000
19	Irmãos de Nogueira Santos	480 \$000	240: 000 \$000
20	Paulino Venâncio da Rosa	414 \$000	207: 000 \$000
21	Avelino Antero de Almeida Valente	390 \$000	195: 000 \$000
22	Joaquim do Amaral Camargo	330 \$000	165: 000 \$000
23	Bento Augusto de Almeida Bicudo (Capitão)	300 \$000	150: 000 \$000
24	Herculano Augusto de Pádua e Castro (Doutor)	288 \$000	144: 000 \$000
25	José Pedroso de Moraes Salles	280 \$000	140: 000 \$000
26	Francisco Pompeu do Amaral	255 \$000	127: 500 \$000
27	Joaquim do Amaral Camargo (Herança de)	240 \$000	120: 000 \$000
28	Joaquim Ignácio do Amaral Lapa	240 \$000	120: 000 \$000
29	Alma Francisca de Amorim	150 \$000	75: 000 \$000
30	Flávia Francisca de Andrade (Dona)	150 \$000	75: 000 \$000
31	Francisca das Dores Coutinho (Dona)	140 \$000	70: 000 \$000
32	Jorge Krug	140 \$000	70: 000 \$000
33	José Paulino Nogueira	140 \$000	70: 000 \$000



34	Thereza Michelina do Amaral Pompeo (Dona)	140 \$000	70: 000 \$000
35	João Baptista Novaes	120 \$000	60: 000 \$000
36	Joaquim Celestino de Almeida Soares	120 \$000	60: 000 \$000
37	Lois Egydio de Souza Aranha	120 \$000	60: 00 \$0000
38	Alda Brandina de Camargo (Dona)	110 \$000	55: 000 \$000
39	Constâncio Antunes da Silva	100 \$000	50: 000 \$000
40	João Manoel de Almeida Barbosa	96 \$000	48: 000 \$000
41	Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga (Dr.)	72 \$000	36: 000 \$000
42	Francisco Augusto Pereira da Silva (Doutor)	72 \$000	36: 000 \$000
43	Vicente Maria de Paula Lacerda	72 \$000	36: 000 \$000
44	Antônio Joaquim Gomes Tojal	60 \$000	30: 000 \$000
45	Diogo Benedito dos Santos Prado	60 \$000	30: 000 \$000
46	José de Abreu Soares	60 \$000	30: 000 \$000
47	Antônio Egydio de Souza Aranha	54 \$000	27: 000 \$000
48	Francisco de Gouveia Pinto	54 \$000	27: 000 \$000
49	José de Paula Souza	48 \$000	24: 000 \$000
50	Amador Bueno de Floures	6 \$000	3: 000 \$000
51	Antônio Pompeu de Oliveira	6 \$000	3: 000 \$000
52	Francisco Alves de Almeida Salles	6 \$000	3: 000 \$000
53	Pedro José de Oliveira	6 \$000	3: 000 \$000
<b>TOTAL</b>		<b>27:088 \$000</b>	<b>13. 544: 000 \$000</b>

Nota: \* O imposto pago à *Coletoria de Rendas de Campinas* equivalia a 0,24% do valor da transação

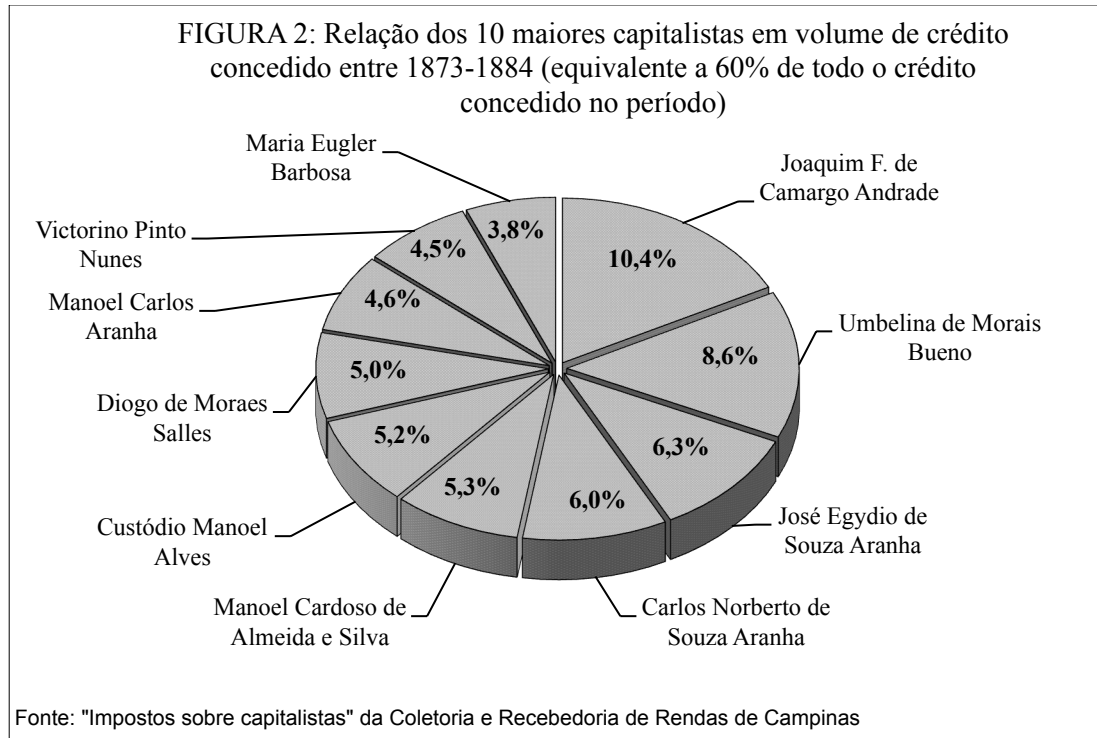


Dentre os capitalistas arrolados, destaca-se a Agência do Banco Mercantil de Santos, por ser a única pessoa jurídica listada como capitalista e que concedeu 383:000\$000 réis em empréstimos no período analisado. O grupo de 52 capitalistas restantes era constituído por pessoas físicas, que além de desempenharem atividades econômicas diversas também atuavam no sistema institucional de crédito.

A partir desses dados, verifica-se que a atividade institucionalizada de emprestador de capitais era desempenhada por pessoas comuns, era o grande fazendeiro, o negociante, o médico, o

advogado, que tinham dinheiro sobrando e o colocavam em circulação na economia campineira mediante o crédito. Aos lucros gerados pelo café e à nova camada dominante que se configurou neste contexto outros ritmos somaram-se ao cotidiano da cidade, com a diversificação do quadro ocupacional, a transformação lenta das relações de trabalho e a agilização dos deslocamentos através das estradas de ferro.

É importante notar que, enquanto os dez maiores capitalistas em relação ao volume de crédito emprestado, corroboraram com quase 60% do total de crédito no período; os 26 menos atuantes foram os responsáveis por apenas 10% do montante concedido, conforme a *figura 2*, que mostra a participação deste restrito grupo em relação ao montante de crédito fornecido por todos os capitalistas analisados.



A presença marcante do item Dívida Ativa nos inventários do município de Campinas analisados e citados na bibliografia, reafirma o quadro cujas linhas são traçadas na pesquisa: ao lado do crédito institucionalizado, marcado tradicionalmente pela figura do comissário, que financiava o cafeicultor, encontra-se uma camada de capitalistas, que não se confundem necessariamente com a de comerciante, visto que aqueles desempenhavam outras atividades conjuntamente com o empréstimo de capitais a juros.

No momento em que o tomador de crédito assumia a dívida, ele também assumia o compromisso de quitá-la no futuro, conjuntamente com os juros. A taxa de juros aplicada variava em decorrência do intervalo de tempo de duração do empréstimo, e do colateral apresentado pelo tomador, que quanto maior e mais seguro fosse, menor tendia a ser a taxa de juros requerida, pois o risco de inadimplência reduzia-se.

Como já foi citado, os dez maiores capitalistas foram os responsáveis pela concessão de 60% de todo o crédito de Campinas no período analisado. Mas quem são estas pessoas; o que a biografia delas nos diz; quais eram suas principais atividades econômicas paralelas à ação capitalistas, eram políticos, comerciantes, fazendeiros escravistas, profissionais liberais, médicos, doutores da leis; possuíam laços de parentesco entre eles; atuavam como capitalistas em todos os anos ou apenas concederam dinheiro a um familiar ou amigo, em determinado ano, num fato pontual?

## CONCLUSÃO

Ter e conceder crédito eram funções essenciais numa Campinas do final do século XIX, uma cidade em acelerado processo de crescimento e que necessitava de capitais para manter e ampliar seus negócios, investimentos e consumo. Destaca-se neste cenário a presença marcante de capitalistas, pessoas de posses e que disponibilizam capital para ser emprestado em troca de juro, e que possibilitaram assim a expansão do crédito na cidade.

Reconheciam-se e eram reconhecidos pela sociedade como instituições creditícias, não eram apenas homens e mulheres comuns, senhores e senhoras de posses, que desempenhavam suas atividades de fazendeiro, cafeicultor, comerciante, político, proprietário, senhor de escravo ou esposa de homem de posses; eram também a instituição emprestadora de crédito de Campinas no século XIX.

Contabilizaram-se os empréstimos de capitais com a implementação do imposto sobre os capitalistas, que visava diferenciar o crédito fornecido sobre relações pessoais, baseadas de confiança no devedor, em laços familiares e de amizade, em contraposição ao crédito nos limites da institucionalização, concedido pelo capitalista e reconhecido pela tributação. Dinamizou-se e diversificou-se a economia sob a égide do capital cafeeiro. O crédito e os capitalistas que o concederam participaram das ações que possibilitaram as ampliações do comércio, dos negócios e dos serviços prestados há um século e meio.

Campinas torna-se a capital agrícola da província, crescimento proporcionado pelo horizonte de expansão para o café, que foi colocado pela disponibilidade de terras e pela recuperação dos preços externos. O marco inicial dessa diversificação é a incorporação da Companhia Paulista, em 1867 e, da Companhia Mogyana um pouco mais tarde.

Emília Viotti sintetizou os efeitos da estrada de ferro sobre a economia mercantil-escravista cafeeiro, e como aquela ampliou a acumulação econômica no Oeste Paulista: *“É fácil imaginar que em sua construção uma verdadeira revolução se operava na economia cafeeira: braços até então desviados da lavoura porque aplicados ao transporte que podiam, agora voltar-se para as culturas; maior rapidez nas comunicações, maior capacidade de transporte, baixos fretes; melhor conservação do produto, que apresentava superior qualidade e obtinha preços mais altos no mercado internacional.”*<sup>11</sup>

Portanto, a ferrovia abre possibilidades de maiores lucros no complexo cafeeiro e novas perspectivas para o trabalho assalariado. Ademais, a máquina foi introduzida no beneficiamento do café nos anos 1870, no Oeste Paulista, enquanto o Vale do Paraíba continuava mergulhado nos processos rotineiros, encerrando graves dificuldades financeiras, segundo Viotti.

Mas a estrada de ferro e a máquina de beneficiamento, ao mesmo tempo m que reforçam a economia mercantil-escravista cafeeira nacional, se opõe a esta, criando condições para a emergência do trabalho assalariado. Pode-se notar, na obra de Taunay, que a evolução quantitativa e qualitativa da produção e do uso dessas máquinas se torna bastante evidente a partir do início da década de 1880, período em que a questão do trabalho escravo mais se agrava , que se acelera a transição para o trabalho livre.

Máquinas de beneficiamento e ferrovias, as primeiras aumentando a produtividade e as últimas reduzindo os custos, resultavam em forte ampliação das margens de lucros nas lavouras. Dada a disponibilidade de terras e o comportamento não-elástico da demanda externa, implicava na necessidade de ampliar a acumulação cafeeira. Mas dada a menor fertilidade de terras mais interioranas e à limitação na expansão regional do café, os cafeicultores forçaram-se a empregar recursos em formas alternativas de valorização de capital, inicialmente correlacionadas diretamente ao grão e, posteriormente, com maior autonomia em relação a este.

<sup>11</sup> COSTA, Emília Viotti da. “Da colônia à senzala”. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1966, p. 52

Os bancos do interior, em geral, eram inexpressivos no que diz respeito ao seu volume de capitais e, portanto, mais suscetíveis às intempéries próprias das flutuações da economia cafeeira. Os bancos hipotecários, por sua vez, eram poucos e comumente privilegiavam suas carteiras comerciais em detrimento dos empréstimos garantidos por hipotecas, principal modalidade de crédito utilizada pelos lavradores. Assim, percebemos que os cafeicultores deveriam possuir acesso a alguma fonte de crédito não oriundo do sistema bancário, já que é difícil pensar num sistema de autofinanciamento dos fazendeiros, dada a natureza do cafeeiro, cujos frutos só aparecem após o quarto ou quinto ano de cultivo. A questão é: de onde provém este crédito? Devemos nos voltar agora para um personagem que a bibliografia têm apontado como fundamental para o financiamento da cafeicultura: o comissário.

O comissário surge como um intermediário entre o fazendeiro e o exportador na venda do café. Na verdade, o comissário não agia apenas como um mero representante comercial, embora inicialmente suas atividades tenham se restringido a tal função. Também fornecia a seus clientes vários artigos oriundos dos grandes centros urbanos de que estes necessitavam, mas sua centralidade na economia cafeeira advinha da posição que ocuparam no fornecimento de crédito para a lavoura, que se impôs ao comissário praticamente como uma exigência para a prosperidade de seus negócios, já que o fazendeiro, conforme já ressaltamos, dificilmente dispunha de condições para se autofinanciar, segundo Carvalho Franco.

Também percebemos a atuação, nas cidades do interior, além do comissariado, de uma camada de financistas locais que ficaram conhecidos como “capitalistas”, denominação que denotava, na verdade, a posse de dinheiro disponível para empréstimos. Apesar da atuação porventura diferenciada que comissários e capitalistas possam ter apresentado, algo em comum entre ambos e que trazia sérias conseqüências para a lavoura cafeeira: as altas taxas de juros cobradas e o curto prazo praticado nas operações de crédito.

No entanto, quase toda a bibliografia consultada apresenta o capitalista como uma mera personagem coadjuvante nos sistemas econômico e social do Oeste Paulista de fins do século XIX. Entretanto, como foi verificado, a partir dos registros de recebimentos de impostos pela Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, eles eram instituições importantes e sua atuação foi necessária para o recrudescimento local, que faz com que uma simples vila se transformasse no que hoje conhecemos como a metrópole de Campinas.

Devido à limitação dos bancos mercantis nas duas décadas analisada, que não possuíam linhas de financiamento e de crédito direto a pessoas físicas, a alternativa para obtenção de crédito voltava-se para os capitalistas. Sem estes, possivelmente, Campinas não seria a grande metrópole que hoje conhecemos e que se destaca por ser uma das mais dinâmicas no cenário econômico brasileiro.

## **REFERÊNCIAS**

### **Fontes primárias (manuscritas e impressas):**

*Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas*”. Arquivo Histórico do CMU, Unicamp, livros nº. 51-61 e 67; 1873-1886.

“*Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Campinas*”. Arquivo Histórico do CMU, Unicamp, livros L11, L12 e L13; 1873-1886.

“*Tribunal de Justiça de Campinas (TJC)*”. Arquivos Históricos do CMU, Unicamp, 1874-1940: caixa 161 (processo nº.4727); caixa 157 (processo nº.4689); caixa 164 (processo nº.4757); caixa 250 (processo nº.5996); caixa 260 (processo nº.516); caixa 300 (processo nº.5783); caixa 315 (processo nº.7189); caixa 318 (processo nº.6307); caixa 360 (processo nº.7420); Caixa 372 (processo nº.7.523); caixa 369 (processo nº.7499); caixa 380 (processo nº.7605); caixa 385 (processo nº.7653); caixa 387 (processo nº.7672); caixa 405 (processo nº.7812); caixa 406 (processo nº.7846) e caixa 410 (processo nº.7849).

LISBOA, José Maria. “*Almanack Literário de São Paulo*” para os anos de 1871, 1872, 1873, 1879, 1886 e 1909. São Paulo, Typographia da Província de São Paulo, 1876.  
 “*Relatório do Presidente de Província de São Paulo*”. São Paulo, 1873-1884.  
 “*Diário de Campinas*”. Campinas, 1875-1890.  
 “*Gazeta de Campinas*”. Campinas, 1870-1890.  
 “*Diário Cidade de Santos*”. Primeira edição, 1º de julho de 1967, exemplar no acervo do historiador Waldir Rueda.

### **Livros:**

BATTITONI FILHO, Duílio. “*Aspectos culturais da história de Campinas*”. Campinas, Mousinho, 1983.  
 BENJAMIN, Walter. “*A modernidade e os modernos*”. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1973.  
 BIANCONI, Renata. “*Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870/1905)*”. Campinas, Dissertação (mestrado), Unicamp, 2002.  
 CALÓGERAS, J.Pandiá. “*A política monetária do Brasil*”. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.  
 CANO, Wilson. “*Raízes da concentração industrial em São Paulo*”. 3ª edição. São Paulo, HUCITEC, 1990.  
 COSTA, Emília Viotti da. “*Da colônia à senzala*”. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.  
 DEAN, Warren. “*A industrialização de São Paulo: 1880-1945*”. Tradução da 4ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.  
 FIGUEIREDO, Elpídio. “*Princípios elementares da ciência das finanças*”. Recife, Tipografia do Diário de Pernambuco, 1909.  
 FRANÇA, A. (1960). “*A marcha do café e as frentes pioneiras*”. Editora do Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro.  
 FRANCO, M. S. Carvalho “*Homens livres na ordem escravocrata*”. Ática, São Paulo, 2ª edição, 1974  
 HOLLOWAY, T. H. “*Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1866–1934*”. Paz & Terra, 1984.  
 LAPA, José Roberto do Amaral. “*A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900*”. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996.  
 MARCONDES, R. L. “*A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba*”, Locus, 1998.  
 MARCONDES, R. L. “*O financiamento hipotecário da cafeeicultura no Vale do Paraíba paulista (1867–87)*”, Revista Brasileira de Economia, 2002.  
 MARTINS, J. d. S. “*O cativo da terra*”, Livraria Editora de Ciências Humanas, São Paulo, 1979.  
 MELLO, João M. Cardoso de. “*O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*”. 9ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1994.  
 MESSIAS, R. C. “*O cultivo do café nas bocas de sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830–1888*”. Editora Unesp, São Paulo, 2003  
 MILLIET, S. “*Roteiro do café e outros ensaios*”. Coleção do Departamento de Cultura, XXV, 1939.  
 PACHECO, Cláudio. “*História do Banco do Brasil*”. Rio de Janeiro, 1979, volume 3.  
 PELAEZ, Carlos Manuel e ZUZZIGAN, Wilson. “*História Monetária do Brasil*”. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.  
 PESTANA, Paulo Rangel. “*A expansão econômica do estado de São Paulo num século: 1822-1922*”. São Paulo, Secretaria da Agricultura e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1923.  
 OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. “*Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização, 1850-1900*”. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005.  
 RAMOS, A. “*O café no Brasil e no Estrangeiro*”. Papelaria Santa Helena, Rio de Janeiro, Contribuição comemorativa do 1º Centenário, 1923

- SAES, Flávio Azevedo Marques de. “*O desenvolvimento do crédito e dos bancos em São Paulo (1850-1930)*”. São Paulo, 1983.
- SALLUM JR., B. “*Capitalismo e cafeicultura. Oeste Paulista 1888–1930*”. Duas Cidades, São Paulo, 1982.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade “*Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*”. Campinas, Unicamp, 1992.
- SILVA, Sérgio. “*Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*”. São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- STOLCKE, V. “*Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital. (1850–1980)*”. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- TAUNAY, Affonso de E. “*Pequena história do café no Brasil (1727-1937)*”. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1945.
- TEODORO, Rodrigo da Silva. “*O crédito no mundo dos senhores do café: Franca 1885-1914*”, Campinas, Dissertação (mestrado), Unicamp, 2006.
- VANGELISTA, C. “*Os braços da lavoura: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*”. Hucitec/Instituto italiano de cultura / Instituto cultural italobrasileiro, São Paulo. Tradução: Thei de Almeida Viana Bertorello, 1991.
- VIEIRA, Dorival Teixeira. “*Evolução do sistema monetário brasileiro*”. São Paulo. Boletim 42 Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1962.
- VILLELA, A. V. & Suzigan, W. “*Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889–1945*”. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 3ª edição, 2001.

**Artigos:**

- GONÇALVES, J. R. B. e MADI, M. A. C. “*Commodity prices, financial integration and policy options: the performance of Brazilian economy, 1889-1931*”. Workshop Lives and Livelihoods: Economic and Demographic Change in Modern Latin America, University of Guelph, Ontario,. Canadá, 2006, <http://www.livesandlivelihoods.org/>.
- LAPA, José Roberto do Amaral. “*Primeiras notas para uma bibliografia da história de Campinas*”. In: Estudos Históricas, nº. 3, FFCL, Marília, 1966.
- SALLES, M. F. C. Campinas em 1972. In: LISBOA, J. M. “*Almanak de Campinas para 1873*”. Typografia da Gazeta de Campinas, 1872.

## APÊNDICE

Os livros da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas são as anotações oficiais do recolhimento de tributos sobre diversas transações e propriedades na cidade de Campinas. São uma importante fonte para informação sobre meia-siza, décima de legados, dívida ativa, “emolumentos”, matrícula de escravos, indenizações, eventuais e impostos sobre casas de leilão, seges, prédios e capitalistas. É sobre este último que reside esta pesquisa.

<b>TABELA 2: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1873 e 1874</b>				
<b>rank</b>	<b>Capitalista</b>	<b>Imposto (réis)*</b>	<b>Crédito concedido (réis)*</b>	
1	Major Isidoro Marques Ferrás do Amaral	1.000.000	500.000.000	
2	José Egydio de Souza Aranha	400.000	200.000.000	
3	Victorino Pinto Nunes	380.000	190.000.000	
4	Pedro Egydio de Souza Aranha	200.000	100.000.000	
5	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	200.000	100.000.000	
6	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	200.000	100.000.000	
7	Flávia Francisca de Andrade (Dona)	150.000	75.000.000	
8	Joaquim Quirino dos Santos (Coronel)	150.000	75.000.000	
9	Bento Augusto de Almeida Bicudo	150.000	75.000.000	
10	Francisco de Camargo Penteado	90.000	45.000.000	
11	Francisco Pompeu do Amaral	85.000	42.500.000	
12	Thereza Michelina do Amaral Pompeo	70.000	35.000.000	
13	Jorge Krug	70.000	35.000.000	
14	Custódio Manoel Alves	60.000	30.000.000	
15	Diogo Benedito dos Santos Prado	60.000	30.000.000	
16	Alda Brandina de Camargo (Dona)	55.000	27.500.000	
17	Antônio Egydio de Souza Aranha	54.000	27.000.000	
18	Constâncio Antunes da Silva	50.000	25.000.000	
19	Joaquim do Amaral Camargo	50.000	25.000.000	
		<b>3.474.000</b>	<b>1.737.000.000</b>	
Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito				
Fonte: Livro 51 (1873-1874) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas				

<b>TABELA 3: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1874 e 1875</b>			
<b>rank</b>	<b>Capitalista</b>	<b>Imposto (réis)*</b>	<b>Crédito concedido (réis)*</b>
1	José Egydio de Souza Aranha	400.000	200.000.000
2	Victorino Pinto Nunes	380.000	190.000.000
3	Proso Egydio de Souza Aranha	200.000	100.000.000
4	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	200.000	100.000.000
5	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	200.000	100.000.000
6	Joaquim Quirino dos Santos	150.000	75.000.000
7	Alma Francisca de Amorim	150.000	75.000.000
8	Bento Augusto de Almeida Bicudo	150.000	75.000.000
9	Diogo de Moraes Salles	140.000	70.000.000
10	José Pedroso de Moraes Salles	140.000	70.000.000
11	Antônio Carlos de Salles	140.000	70.000.000
12	Francisca das Dores Coutinho	140.000	70.000.000
13	Francisco de Camargo Penteadado	90.000	45.000.000
14	Francisco Pompeu do Amaral	85.000	42.500.000
15	Jorge Krug	70.000	35.000.000
16	Thereza Michelina do Amaral Pompeo	70.000	35.000.000
17	Custódio Manoel Alves	60.000	30.000.000
18	Alda Brandina de Camargo	55.000	27.500.000
19	Joaquim do Amaral Camargo	50.000	25.000.000
20	Constância Antunes da Silva	50.000	25.000.000
		<b>2.920.000</b>	<b>1.460.000.000</b>

Nota: \* O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,2% do valor da transação de crédito

Fonte: Livro 52 (1874-1875) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

<b>TABELA 4: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1875 e 1876</b>			
<b>rank</b>	<b>Capitalista</b>	<b>Imposto (réis)*</b>	<b>Crédito concedido (réis)*</b>
1	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	200.000	100.000.000
2	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	200.000	100.000.000
3	Pedro Egydio de Souza Aranha	200.000	100.000.000
4	José Egydio de Souza Aranha	200.000	100.000.000
5	Joaquim Quirino dos Santos	150.000	75.000.000
6	Antônio Carlos de Salles	140.000	70.000.000
7	Diogo de Moraes Salles	140.000	70.000.000
8	José Pedroso de Moraes Salles	140.000	70.000.000
9	José Paulino Nogueira	140.000	70.000.000
10	Victorino Pinto Nunes	100.000	50.000.000
11	Francisco de Camargo Penteadado	90.000	45.000.000
12	Paulino Venâncio da Rosa	90.000	45.000.000
13	Francisco Pompeu do Amaral	85.000	42.500.000
14	Joaquim do Amaral Camargo	50.000	25.000.000
15	Agência do Banco Mercantil de Santos	50.000	25.000.000
16	Agência do Banco Mercantil de Santos	50.000	25.000.000
		<b>2.025.000</b>	<b>1.012.500.000</b>



Nota: \* O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito

Fonte: Livro 53 (1875-1876) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

**TABELA 5: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1876 e 1877**

rank	Capitalista	Imposto (réis)*	Crédito concedido (réis)*
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	240.000	120.000.000
2	José Egidio de Souza Aranha	240.000	120.000.000
3	Victorino Pinto Nunes	120.000	60.000.000
4	Diogo de Moraes Salles	120.000	60.000.000
5	Proso Egidio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
6	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	120.000	60.000.000
7	Paulino Venâncio da Rosa	108.000	54.000.000
8	Antônio Carlos de Salles	105.000	52.500.000
9	Francisco de Camargo Penteadado	72.000	36.000.000
10	Agência do Banco Mercantil de Santos	60.000	30.000.000
11	Joaquim do Amaral Camargo	60.000	30.000.000
12	João Baptista Novaes	60.000	30.000.000
13	Joaquim Quirino dos Santos	60.000	30.000.000
		<b>1.485.000</b>	<b>742.500.000</b>

Nota: \* O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito

Fonte: Livro 54 (1876-1877) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

**TABELA 6: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1877 e 1878**

rank	Capitalista	Imposto (réis)*	Crédito concedido (réis)*
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	240.000	120.000.000
2	José Egidio de Souza Aranha	240.000	120.000.000
3	Antônio Carlos de Salles	168.000	84.000.000
4	Victorino Pinto Nunes	120.000	60.000.000
5	Diogo de Moraes Salles	120.000	60.000.000
6	Lois Egidio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
7	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	120.000	60.000.000
8	Paulino Venâncio da Rosa	108.000	54.000.000
9	Francisco de Camargo Penteadado	72.000	36.000.000
10	Agência do Banco Mercantil de Santos	60.000	30.000.000
11	Joaquim do Amaral Camargo	60.000	30.000.000
12	João Baptista Novaes	60.000	30.000.000
13	Joaquim Quirino dos Santos	60.000	30.000.000
		<b>1.548.000</b>	<b>774.000.000</b>

Nota: \* O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito

Fonte: Livro 55 (1877-1878) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

**TABELA 7: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1879 e 1880**

rank	Capitalista	Imposto (réis)*	Crédito concedido (réis)*
1	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	240.000	120.000.000
2	Proso Egydio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
3	Diogo de Moraes Salles	120.000	60.000.000
4	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	120.000	60.000.000
5	Victorino Pinto Nunes	120.000	60.000.000
6	Paulino Venâncio da Rosa	108.000	54.000.000
7	Antônio Carlos de Salles	72.000	36.000.000
8	Francisco de Camargo Penteado	72.000	36.000.000
9	Avelino Antero de Almeida Valente	66.000	33.000.000
10	Agência do Banco Mercantil de Santos	60.000	30.000.000
11	Joaquim do Amaral Camargo	60.000	30.000.000
		<b>1.158.000</b>	<b>579.000.000</b>

Nota: \* O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito

Fonte: Livro 57 (1879 - 1880) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

**TABELA 8: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1880 e 1881**

rank	Capitalista	Imposto (réis)*	Crédito concedido (réis)*
1	Umbelina de Morais Bueno	840.000	420.000.000
2	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	480.000	240.000.000
3	Maria Eugler Barbosa	480.000	240.000.000
4	Custódio Manoel Alves	441.000	220.500.000
5	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	336.000	168.000.000
6	Diogo de Moraes Salles	240.000	120.000.000
7	Irmãs de Nogueira Santos	240.000	120.000.000
8	Joaquim Ignácio do Amaral Lapa	240.000	120.000.000
9	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	240.000	120.000.000
10	Manoel Carlos Aranha	168.000	84.000.000
11	Herculano Augusto de Pádua e Castro	144.000	72.000.000
12	Avelino Antero de Almeida Valente	132.000	66.000.000
13	Agência do Banco Mercantil de Santos	120.000	60.000.000
14	Carlos Norberto de Souza Aranha	120.000	60.000.000
15	Joaquim do Amaral Camargo (herança)	120.000	60.000.000
16	José Egydio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
		<b>4.461.000</b>	<b>2.230.500.000</b>

Nota: \* O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito

Fonte: Livro 58 (1880 - 1881) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

**TABELA 9: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1881 e 1882**

rank	Capitalista	Imposto (réis)*	Crédito concedido (réis)*
1	Umbelina de Morais Bueno	840.000	420.000.000
2	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	480.000	240.000.000
3	Maria Eugler Barbosa	480.000	240.000.000
4	Custódio Manoel Alves	441.000	220.500.000
5	Ignácio Ferreira de Camargo Andrade	336.000	168.000.000
6	Irmãs de Nogueira Santos	240.000	120.000.000
7	Manoel Cardoso de Almeida e Silva	240.000	120.000.000
8	Diogo de Moraes Salles	240.000	120.000.000
9	Manoel Carlos Aranha	168.000	84.000.000
10	Herculano Augusto de Pádua e Castro	144.000	72.000.000
11	Avelino Antero de Almeida Valente	132.000	66.000.000
12	Agência do Banco Mercantil de Santos	120.000	60.000.000
13	Carlos Norberto de Souza Aranha	120.000	60.000.000
14	José Egidio de Souza Aranha	120.000	60.000.000
15	Joaquim do Amaral Camargo (herança)	120.000	60.000.000
		<b>4.221.000</b>	<b>2.110.500.000</b>

Nota: \* O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito

Fonte: Livro 59 (1881 - 1882) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

**TABELA 10: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1883 e 1884**

rank	Capitalista	Imposto (réis)*	Crédito concedido (réis)*
1	Carlos Norberto de Souza Aranha	1.212.000	606.000.000
2	Umbelina de Morais Bueno	600.000	300.000.000
3	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	480.000	240.000.000
4	Custódio Manoel Alves	355.200	177.600.000
5	Manoel Carlos Aranha	304.800	152.400.000
6	Diogo de Moraes Salles	180.000	90.000.000
7	Agência do Banco Mercantil de Santos	126.000	63.000.000
8	Carlos Norberto de Souza Aranha	120.000	60.000.000
9	Francisco Augusto Pereira da Silva	72.000	36.000.000
10	Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga	72.000	36.000.000
11	João Manoel de Almeida Barbosa	72.000	36.000.000
12	Vicente Maria de Paula Lacerda	72.000	36.000.000
13	Francisco de Gouveia Pinto	48.000	24.000.000
14	José de Paula Souza	48.000	24.000.000
		<b>3.762.000</b>	<b>1.881.000.000</b>

Nota: \* O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito

Fonte: Livro 61 (1883 - 1884) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas

<b>TABELA 11: Crédito concedido pelos capitalistas, em Campinas, entre 1885 e 1886</b>			
<b>rank</b>	<b>Capitalista</b>	<b>Imposto (réis)*</b>	<b>Crédito concedido (réis)*</b>
1	Manoel Carlos Aranha	600.000	300.000.000
2	Francisco Paulino de Moraes	600.000	300.000.000
3	Agência do Banco Mercantil de Santos	120.000	60.000.000
4	Avelino Antero de Almeida Valente	60.000	30.000.000
5	Diogo de Moraes Salles	60.000	30.000.000
6	Umbelina de Moraes Bueno	60.000	30.000.000
7	José de Abreu Soares	60.000	30.000.000
8	Custódio Manoel Alves	60.000	30.000.000
9	Joaquim Ferreira de Camargo Andrade	60.000	30.000.000
10	Antônio Joaquim Gomes Tojal	60.000	30.000.000
11	Maria Eugler Barbosa	60.000	30.000.000
12	Joaquim Celestino de Almeida Soares	60.000	30.000.000
13	Joaquim Celestino de Almeida Soares	60.000	30.000.000
14	Carlos Norberto de Souza Aranha	60.000	30.000.000
15	João Manoel de Almeida Barbosa	24.000	12.000.000
16	Francisco de Gouveia Pinto	6.000	3.000.000
17	Pedro José de Oliveira	6.000	3.000.000
18	Francisco Alves de Almeida Salles	6.000	3.000.000
19	Antônio Pompeu de Oliveira	6.000	3.000.000
20	Amador Bueno de Floures	6.000	3.000.000
		<b>2.034.000</b>	<b>1.017.000.000</b>
Nota: * O imposto pago à Coletoria de Rendas de Campinas equivalia a 0,24% do valor da transação de crédito			
Fonte: Livro 63 (1885 - 1886) da Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas			